

ATA N.º 17/2016:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 6 DE JULHO DE 2016:

No dia seis de julho de dois mil e dezasseis, pelas dezasseis horas e dez minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores António Manuel da Silva Braz, Adilo Oliveira Costa, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues.

O **Sr. Presidente** assinala a ausência da Sra. Vereadora Adília Maria Prates Candeias, por motivo de férias, estando a sua falta devidamente justificada.

O **Sr. Presidente** dá conhecimento que, na sequência do pedido de substituição para o período de 5 a 21 de julho do corrente ano, apresentado pela Sra. Vereadora Maria da Natividade Charneca Coelho, convocou o Sr. António Manuel da Silva Braz para a substituir, nos termos do n.º 1 do art.º 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação (Anexos à ata como documento n.º 1).

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – Aceitação de doações

PONTO 2 – Pacto de Milão sobre política de alimentação urbana – Proposta de subscrição e aprovação de Plano de Ação Municipal

PONTO 3 – Protocolo de cedência de viatura da Academia da Proteção Civil entre a Câmara Municipal de Palmela e a Autoridade Nacional de Proteção Civil

PONTO 4 – Plano anual de transportes escolares – ano letivo 2016/2017

PONTO 5 – Minuta de Acordo de Parceria entre o Município de Palmela e a CP – Comboios de Portugal no âmbito do desenvolvimento do enoturismo local

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Recomendação** (Reforço das políticas nacionais de apoio à intervenção social) – a ser apresentada pelo Sr. Vereador Adilo Costa.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Recomendação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Produtores do concelho de Palmela premiados no Concurso *Muscats du Monde* 2016) – a ser apresentada pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** passa à apresentação da Recomendação que se transcreve:

• **RECOMENDAÇÃO** (Reforço das políticas nacionais de apoio à intervenção social)

“O Município de Palmela, atento às questões sociais que se impõem no contexto socioeconómico, considera a Intervenção Social uma prioridade estratégica para o desenvolvimento do concelho e reconhece, nesse sentido, nas Instituições Particulares de Solidariedade Social, o seu papel fundamental na promoção de respostas sociais à comunidade, identificando-as como atores chave do desenvolvimento social local.

Nas diferentes freguesias, estas entidades têm uma posição essencial na integração social das crianças e jovens, das pessoas idosas, das pessoas com deficiência, dos desempregados, dos imigrantes, das famílias e outros grupos em situação de vulnerabilidade, e igualmente enquanto entidades geradoras de emprego, para além de serem conhecedoras privilegiadas dos reais problemas e necessidades das populações, respondendo na primeira linha, às situações de urgência social.

Procurando a consolidação de estratégias, a Autarquia há muito que coopera com todas estas entidades, tendo firmado, com muitas delas, uma cultura de parceria que hoje se encontra implementada no nosso território, concretizada em diferentes Conselhos Locais, comissões, redes de parceria, projetos e iniciativas.

No decurso das Semanas de Freguesia, que consubstanciam a política de proximidade da autarquia, o Município tem confirmado o valor da intervenção destas entidades e o seu esforço, empenho e dedicação naquilo que é a sua intervenção junto das comunidades.

Assim, é objetivo da Câmara Municipal continuar a apoiar as suas Instituições Particulares de Solidariedade Social, seja através de estratégias colaborativas, na cedência de terrenos, isenções de

taxas, comparticipação em obras cofinanciadas, seja através de um trabalho de mediação junto da Tutela e das entidades com competências próprias na área.

Nesse sentido, a Câmara Municipal, reunida a 6 de julho, em Palmela, **recomenda**:

- a criação de uma linha de financiamento ajustada às necessidades de gestão das Instituições Particulares de Solidariedade Social, designadamente através de fundos comunitários, que permita concretizar equipamentos com respostas sociais há muito idealizados e continuamente adiados, a localizar sobretudo em áreas periféricas de menor densidade populacional, com uma menor rede de cobertura de serviços;
- a disponibilização de uma linha de financiamento específica para a construção de Estruturas Residenciais para as pessoas idosas (Lares), claramente insuficientes na rede solidária, de forma a responder adequadamente ao envelhecimento das populações, ao maior número de pessoas idosas e à diversidade dos seus perfis e necessidades, nomeadamente aos cuidados continuados;
- a promoção, criação e implementação de um Plano Nacional orientador que permita a construção e requalificação de equipamentos com respostas sociais, designadamente Centros de Dia e Centros de Convívio, entre outros, adaptando-os às necessidades das comunidades, sobretudo das pessoas idosas, em número crescente nas nossas sociedades;
- a revisão dos Acordos de Cooperação, nas várias respostas sociais, firmados com as Instituições Particulares de Solidariedade Social, atualizando os valores das comparticipações há muito congelados com valores desajustados face à realidade atual;
- a reposição do Atendimento Social, nas Juntas de Freguesia, para o devido acolhimento e acompanhamento de todas as situações sociais, de acordo com uma política de proximidade com serviços e respostas descentralizadas próximas das pessoas e das suas necessidades.

A presente recomendação irá ser enviada ao:

- . Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;
- . Instituto de Segurança Social, I.P.;
- . Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal, I.P.;
- . Assembleia Municipal de Palmela;
- . Juntas de Freguesia do Concelho;
- . Conselho Local de Ação Social de Palmela;
- . Comissões Sociais de Freguesia do Concelho;
- . Comunicação Social.”

Sobre a Recomendação (Reforço das políticas nacionais de apoio à intervenção social) intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que o Partido Socialista (PS) irá votar favoravelmente a recomendação, não sem deixar de observar que dentro daquelas que são as opções e as competências da Autarquia dever-se-ia ir mais além no apoio efetivo às Instituições Particulares de Solidariedade Social e, também, na atividade própria do que é intervenção social. Na opinião do PS, a Autarquia não devia assentar a sua atividade meramente na coordenação e na articulação da rede social.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** comenta que a proposta de recomendação lhe parece equilibrada, pese embora considere que algumas situações não sejam de fácil implementação, pois não haverá capacidade financeira para as concretizar. Refere, nomeadamente, a revisão dos acordos de cooperação e a reposição do atendimento social.

No entanto, trata-se de uma recomendação e é desejável que haja possibilidade de ser materializada, mas dúvida, a não ser que, entretanto, se tenha descoberto algum poço de petróleo no Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS). Todavia, como o tempo é de novidades, nunca se sabe. De qualquer maneira, pela primeira vez, num quadro comunitário de apoio (Portugal 2020), existe um pilar dedicado à inclusão social. Informa que votará favoravelmente, apesar de se poder fazer sempre algumas leituras políticas.

Reafirma que lhe parece difícil que haja capacidade para os dois últimos pontos da recomendação, ainda mais quando diariamente chegam notícias que, ao contrário do que acontecia anteriormente, cada vez mais o ISS está a atrasar-se no pagamento das participações às instituições de solidariedade social, ao contrário do que acontecia no Governo anterior em que as participações eram pagas a tempo e horas.

Pessoalmente tem procurado transmitir alguma tranquilidade aos credores dizendo-lhes que está confiante que, no segundo semestre, o Governo vai começar a pagar as dívidas em atraso, pois, nessa altura o Governo já terá composto as contas do primeiro semestre para ver se engana, não só a Europa, mas também os parceiros da coligação.

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** questiona onde é que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro foi “buscar” os dados relativamente aos alegados atrasos, pois os atrasos verificaram-se precisamente no anterior Governo (coligação PSD-CDS).

O **Sr. Vereador Adilo Costa** afirma que a presente recomendação resulta de uma reflexão feita com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) nas semanas das freguesias promovidas pelo Município.

A gestão diária é uma questão permanente do «garrote» que as IPSS do concelho, e do país, sofrem, com taxas de juro completamente desequilibradas em relação à realidade. Comparando-as com outros apoios, afirma que são imorais para o fim a que estas se propõem,

com responsabilidades pessoais por parte dos dirigentes dessas IPSS. O caso mais flagrante, eventualmente decorrente de alguma gestão menos cuidada, dá-se com a Associação de Solidariedade Social de Brejos do Assa – "O Rouxinol". A atual gestão do "Rouxinol", após duas auditorias realizadas, conseguiu reduzir a dívida ao Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS), apesar de 'aparentemente' o valor ser ainda elevado. Não obstante, mais de metade da dívida são juros e outro tipo de prestações que nada têm a ver com a própria dívida. Considera que não basta alongar para 150 prestações para se poder dar alguma folga.

Informa que amanhã o Município estará presente, de forma discreta, numa reunião que as IPSS têm com o ISS. Ao estar presente o Município dará o seu apoio às IPSS do concelho.

O **Sr. Presidente** acrescenta que o Município estará presente, pese embora, vá além das suas competências.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** alude que é dever do Município estar presente enquanto rede e que a Sra. Diretora do Centro Distrital de Setúbal do Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS) tem conhecimento que tem a colaboração da Câmara Municipal para se alcançar uma solução.

Realça, uma vez mais, o desequilíbrio entre a dívida para fazer face à gestão corrente das responsabilidades contratuais e os encargos financeiros. Na sua opinião, essa situação deverá ser repensada.

Quanto às linhas de financiamento no âmbito do atual quadro comunitário de apoio, afirma que é, provavelmente, mais fácil «um rico passar pelo buraco de uma agulha» do que uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) receber um apoio financeiro para construção ou melhoramentos, pois o que parece transparecer dessas linhas de apoio é que se trata de algo muito imaterial. Pode ser que haja um outro tipo de reflexão, mas é necessária uma grande ginástica, por parte das autarquias e dos parceiros, para decidir o caminho a seguir para obter esse apoio.

Considera que se não houver uma outra análise não haverá grandes soluções. Não obstante, a Autarquia está atenta e é facilitadora naquilo que é as suas competências. Caso a tutela avance, o Município estará presente para comparticipar.

Respondendo à Sra. Vereadora Cristina Rodrigues, o **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** informa que poderá consultar as Sínteses de Execução Orçamental que são publicadas todos os meses pela Direção-geral do Orçamento – em particular a referente ao primeiro trimestre do corrente ano.

Em resposta ao Sr. Vereador Pedro Taleço, o **Sr. Presidente** destaca que o Município pode, e irá, acrescentar e avançar mais, na medida das suas disponibilidades financeiras e técnicas, no apoio e na intervenção social no âmbito das competências que lhe estão legalmente atribuídas.

A necessidade apresentada não é uma invenção, pois emerge de um contacto frequente que o Município tem com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Como exemplo destaca algumas questões que têm sido apresentadas, nomeadamente:

- Como é que é possível haver de novo fundos comunitários e os lares não terem cofinanciamento?
- Como é possível obrigarem as IPSS a requalificar instalações e a exigirem um conjunto de condições nas suas instalações para acederem a outro tipo de contratos e de acordos e não haver apoio ao financiamento?
- Como é possível o valor dos acordos não ser atualizado há tantos anos?
- Como é que é possível que o valor das participações das crianças que frequentam o pré-escolar ou as creches não ser atualizado há tantos anos?

A questão apresentada é da responsabilidade da Administração Central. O Município não tem qualquer obrigação nesse sentido. Todavia, considera que, de uma forma séria, a Câmara Municipal está a chamar a atenção para uma realidade que, no concelho de Palmela, tem essa expressão de necessidade e que é preocupante. O mesmo verifica-se em outros pontos do país e, sem dúvida, existe um pilar da inclusão social nos fundos comunitários.

Em resposta ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro, o **Sr. Presidente** alude que há questões que foram muito mal negociadas, pois o que há na inclusão social é de cariz imaterial, tais como a informação e os projetos. Para isso existe «dinheiro a rodos» mas não se traduz em nada; o que as IPSS estão a solicitar é o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) para apoio à construção.

O Município tem contratualizado com várias IPSS, e este ano irá contratualizar com outras, compromissos de participação, a exemplo do que fez com as Associações de Bombeiros do concelho. O Município encontra-se disponível para participar, mas a Administração Central precisa criar os programas. Por exemplo, não compreende porque desapareceu o Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), e desconhece se o mesmo vai existir de novo.

Comenta que no âmbito da Educação houve um percurso inverso, pois o Acordo de Parceria negociado com Bruxelas não previa fundos para novos equipamentos educativos. Todavia, em virtude da pressão das autarquias, foi possível inverter a posição no Programa Operacional Regional de Lisboa (POR Lisboa), passando a haver cofinanciamento para requalificação e criação de novas salas e ampliação de escolas na Área Metropolitana de Lisboa (AML). Considera que devia haver o mesmo tipo de medida para os equipamentos sociais.

O diagnóstico existente é preocupante, porque todos os indicadores apontam para um aumento da esperança média de vida da população. Assim, importa criar uma rede que possa dar resposta a essas necessidades. Na sua opinião, o país vai perder uma oportunidade até no redesenho que ainda pode ser feito em algumas prioridades de investimento, pois neste momento estão a ser feitos os mapeamentos e a Administração Central está a aproveitar o financiamento para equipamentos da sua responsabilidade. Essa seria uma janela de oportunidade para criar um programa que encaminhasse o financiamento para onde

efetivamente está a ser preciso. O Município já fez sentir a sua posição junto das IPSS mas, sobretudo, junto de alguns membros da tutela e, também, no Conselho Metropolitano de Lisboa. Considera que seria importante que todas as entidades ficassem comprometidas com esse desígnio.

Quanto à questão do atendimento social, defende que este tem de voltar às Juntas de Freguesia, independentemente de qual seja a sua modalidade. O que está a acontecer é que as pessoas se sentem completamente perdidas – a não ser que essa seja uma estratégia para que as pessoas não vão bater à porta do Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS), mas sim às portas das Juntas de Freguesia, das Câmaras Municipais e das Instituições Particulares de Solidariedade Social -.

Acredita que existem fundos; aliás, referencia que foi apresentado aos municípios uma solução alternativa, um modelo do tipo Redes Locais de Intervenção Social (RLIS). Foi passada a informação que esse modelo até estaria a ser experimentado no sul do distrito, em alguns concelhos do Alentejo Litoral. Se existem fundos, então o ISS deve utilizá-los para voltar a dar essa resposta de proximidade, de modo a que haja em cada uma das freguesias um atendimento personalizado, a exemplo do que está a acontecer, e bem, no reforço das equipas das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.

Conclui que a Recomendação em apreço é ponderada e oportuna e deve merecer o consenso de todas/os as/os eleitas/os.

Submetida a votação a Recomendação (Reforço das políticas nacionais de apoio à intervenção social), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** passa à apresentação da seguinte Saudação:

• **SAUDAÇÃO** (Produtores do concelho de Palmela premiados no concurso *Muscats du Monde* 2016)

“Realizou-se, nos dias 29 e 30 de junho, o concurso *Muscats du Monde* 2016, que premiou os melhores moscatéis do mundo. Entre as sete medalhas de ouro entregues a Portugal, foram galardoados três produtores do concelho de Palmela: Casa Ermelinda Freitas, com o Moscatel Roxo de Setúbal - Casa Ermelinda Freitas Superior (2009), SIVIPA com o Moscatel Roxo Superior 10 anos e Venâncio da Costa Lima, com o Moscatel de Setúbal DO - Venâncio da Costa Lima (2012). A Adega Cooperativa de Palmela recebeu medalha de prata para o Moscatel de Setúbal DO - Adega de Palmela (2014). Destaca-se, também, a inclusão dos Moscatéis da Casa Ermelinda Freitas e da SIVIPA no Top 10 dos Melhores Moscatéis do Mundo 2016.

É de realçar, em termos globais, a excelente prestação dos Moscatéis de Setúbal, com os produtores da região a conquistarem oito das nove medalhas atribuídas a Portugal.

O concurso *Muscats du Monde* realiza-se, anualmente, em França, e dedica-se em exclusivo a vinhos produzidos com a casta *Muscat*, pelo que todos os produtos a concurso são avaliados por provadores especializados nesta casta e obedecem a um conjunto de regras de grande exigência, que caracterizam este certame como um dos mais credíveis a nível mundial. Aquela que foi a 16.ª edição do concurso, decorreu em *Frontignan-la-Peyrade*, nos dias 29 e 30 de junho, registando a participação de 244 vinhos, provenientes de mais de duas dezenas de países. O painel de 55 juízes internacionais avaliou os concorrentes em prova cega e, no total, atribuiu 29 medalhas de ouro e 52 de prata.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida a 6 de julho, na Biblioteca Municipal de Palmela, saúda os produtores do concelho de Palmela pelos excelentes resultados obtidos no concurso *Muscats du Monde* 2016, que sublinharam, uma vez mais, a nível internacional, a vocação deste território para a produção de moscatéis de grande qualidade.”

Submetida a votação a Saudação (Produtores do concelho de Palmela premiados no concurso *Muscats du Monde* 2016), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

• **Rua 9 de Março, no Vale da Abrunheira / Estrada Municipal 533 – O Sr. Presidente** informa que foi lançado, na semana em curso, o concurso público para a pavimentação do troço final da Rua 9 de Março, em Vale da Abrunheira, na freguesia de Marateca. Trata-se de uma obra que visa melhorar a segurança e conforto da rede viária, no troço compreendido entre a passagem superior à Autoestrada 2 (A2) e a ligação com a Estrada Nacional 10 (EN 10).

Esta obra inclui repavimentação, alargamento da plataforma da via em mais um metro e meio, valetas em terra natural e em betão e seis passagens hidráulicas. O troço a intervir tem uma extensão de 2.680 metros. O concurso tem o preço base de 240.000 euros e um prazo de execução de 60 dias.

Estão, entretanto, em preparação outras obras, entre as quais a pavimentação de mais um troço na Estrada Municipal 533 (EM 533), entre a zona recentemente intervencionada e o Jardim de Infância das Lagameças.

• **Unidade de Saúde de Pinhal Novo - Sul –** Relativamente à Unidade de Saúde de Pinhal Novo – Sul, o **Sr. Presidente** informa que o Município encontra-se a cumprir zelosamente todos os prazos, tendo adjudicado, esta semana, o projeto de execução que inclui arquitetura e as respetivas especialidades. O valor desta adjudicação foi de 30.750 euros e respeita a um prazo de execução de 80 dias.

A nova extensão do Centro de Saúde vai ser construída num lote de terreno com cerca de 2.900 m² cedido pela Autarquia, e inclui:

- 11 gabinetes médicos;
- 3 gabinetes de enfermagem;
- 2 salas de tratamentos;
- diversos espaços de atendimento e apoio.

A área bruta total é de cerca de 700 m².

A Unidade de Saúde a construir é de Tipo IV, dimensionada para cerca de 15.200 utentes.

O Município aguarda a comparticipação da obra até um montante máximo de 1.184.000 euros por parte da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (ARSLVT) nos termos do Contrato-programa que foi celebrado. Relembra que o Município tem a responsabilidade de todo o processo, inclusive a apresentação do processo de candidatura a fundos que permite à ARSLVT e ao Governo ver a obra comparticipada.

• **27.ª edição da Feira Comercial e Agrícola do Poceirão – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** alude que a 27.ª edição da Feira Comercial e Agrícola de Poceirão vai decorrer entre 8 e 10 de julho, numa celebração do mundo rural e do «coração» agrícola da Península de Setúbal.

O certame decorre no Parque Mário Bento, numa organização da Associação da Feira com o apoio da Câmara Municipal e da União das Freguesias de Poceirão e Marateca; além da incontornável exposição agrícola e pecuária, apresenta um programa diversificado, onde tem lugar a música, a cultura, a etnografia, as atividades equestres, os vinhos e a gastronomia, com destaque para a tradicional sopa de feijão à moda dos anos 50. O Folclore, também, terá lugar na Feira, com um festival que assinala o 45.º aniversário do Rancho Folclórico de Poceirão e conta com a participação de seis ranchos de todo o país.

Destaca-se um seminário organizado pela Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal, com a colaboração da Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal e da Confederação Nacional da Agricultura, sobre o tema “Apoio ao investimento e concretização de produtos na agricultura na Península de Setúbal”. O evento é de grande interesse em virtude da abertura de candidaturas no âmbito da estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) Rural.

A Câmara Municipal apoia a Feira Comercial e Agrícola de Poceirão com meios técnicos, logísticos e financeiros, destacando-se um subsídio de 4.000 euros e a infraestruturação elétrica no valor de 5.000 euros.

• **6.ª edição do FISP (Festival Internacional de Saxofones de Palmela) – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** destaca que, entre 11 e 16 de julho, decorre a 6.ª edição do Festival Internacional de Saxofones de Palmela (FISP), numa organização da Sociedade Filarmónica Humanitária, do Conservatório Regional de Palmela e do Artemsax Quartet com o apoio da Câmara Municipal.

O festival, de elevada qualidade, acontece em vários equipamentos culturais da vila e o programa apresenta um conjunto de propostas diversificadas, onde se destacam concertos, *masterclasses*, *workshops* temáticos e conferências, bem como o Concurso Internacional de Saxofone “Vitor Santos”.

A iniciativa tem contribuído para o desenvolvimento cultural da região e a sua promoção e atratividade turística para o incentivo à criação artística, o intercâmbio entre as várias entidades participantes e o desenvolvimento da “escola portuguesa” de saxofone.

O apoio do Município ao FISP consubstancia-se nas áreas da logística, da cedência dos seus equipamentos culturais, do apoio técnico de som, luz e imagem, da promoção e dos transportes, bem como num apoio financeiro no valor de 5.000 euros no âmbito do Protocolo de Cooperação celebrado em 2014. A iniciativa vai trazer a Palmela os principais nomes mundiais do saxofone.

• **Fins de Semana Gastronómicos da Fruta de Palmela/ Concurso de Compota de Fruta de Palmela - O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** destaca que em Palmela organiza-se, de 15 a 24 do corrente mês, no âmbito do Programa “Palmela – Experiências com Sabor!”, os Fins de Semana Gastronómicos da Fruta de Palmela. Durante esses dias, os estabelecimentos aderentes terão nas suas ementas pratos e sobremesas confeccionados com fruta da região.

No dia 17 de julho terá lugar, na Casa Mãe da Rota de Vinhos, o Concurso de Compota de Fruta de Palmela que visa premiar as melhores compotas e doces do ano. Ambos os eventos integram o programa anual de promoção gastronómica e constituem um contributo, no quadro da dinamização do turismo local, para a captação de visitantes, valorização da restauração e desenvolvimento da economia local.

Questões apresentadas pelos Srs. Vereadores:

• **Alargamento da rede do pré-escolar – O Sr. Vereador Pedro Taleço** alude a um comunicado provindo da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho de Palmela sobre a falta de articulação do alargamento da rede de pré-escolar.

Ressalva que o Programa do Partido Socialista (PS) prevê, para o corrente mandato, o alargamento dessa rede e a sua universalização; mas, parte-se do princípio, que será em conjugação e articulação com as múltiplas ofertas que existem na rede pública, na rede solidária (constituída pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social) e na rede privada; sendo que a rede solidária, no entender do PS, encontra-se plasmada na rede pública.

Ao que parece, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) manifestam as suas preocupações por desconhecerem a posição da Autarquia em relação ao alargamento do número de salas dos grupos de pré-escolar, nomeadamente, na freguesia de Pinhal Novo. Temem que lhes sejam retirados/as alunos/as.

Pretende saber qual a posição da Autarquia em relação a esta matéria. Sugere que o alargamento de salas não penalize nenhuma instituição. Para obviar a essa situação, devia optar-se pela redução do número de alunos/as por turma. Por outras palavras, constituíam-se mais turmas e combatia-se o insucesso escolar desde o pré-escolar. Considera que essa seria uma medida basilar e contribuiria para que não fossem encerradas salas.

Pessoalmente preocupa-se com a articulação e a conjugação de esforços e, em parte o PS, reconhece a força da relação da rede e da posição da Autarquia em relação ao que é a intervenção social. Se houver uma falha a esse nível podem chegar-se a extremos, como aconteceu com o comunicado da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho de Palmela. Algo falhou e o diálogo não está tão fluído como seria expetável. Questiona sobre o que aconteceu para que houvesse a necessidade daquele comunicado e se o mesmo não corresponde a nenhum extremar de posições.

• **Comunicado inserido no jornal do Pinhal Novo relacionado com a Palmela Desporto, E.M. – O Sr. Vereador Pedro Taleço** pronuncia-se sobre um comunicado publicado no jornal do Pinhal Novo relacionado com a Palmela Desporto, E.M.. Entende a posição da Câmara Municipal, pois se o Município tem uma empresa não é certamente para tratar dos assuntos de gestão; se assim fosse não teria sido constituída uma empresa municipal, seria suficiente a criação duma divisão ou dum departamento. Compreende que o principal problema seja o Conselho de Administração que não consegue incorporar as despesas em relação ao que os/as trabalhadores/as pretendem e às medidas que são defendidas por trabalhadores/as e sindicato. Não obstante, considera que o arrastar da situação desde abril até agora é prejudicial à imagem do Município e como a Câmara Municipal até é detentora de 100% da Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E. M. Unipessoal, Lda. (Palmela Desporto), precisa ser dado um sinal.

Face ao exposto, pretende saber qual é a posição da Autarquia em relação ao comunicado. Para além disso, em termos de imagem, considera que se impõe que a Autarquia clarifique quais foram as indicações que deu à gestão, e se concorda, ou não, com o que os/as

trabalhadores/as e o sindicato exigem e defendem. Pelo que percebeu, da leitura do comunicado, está em causa o desenho estratégico, a estrutura orgânica e o quadro de pessoal que foi aprovado pelo Conselho de Gestão a 14 de abril do corrente ano.

O Partido Socialista (PS) não nomeou a gestão da Palmela Desporto, E.M. e, por isso, não tem de responder ou assumir posições, mas considera que o assunto precisa ser clarificado. Após os esclarecimentos que sejam dados pela Câmara Municipal, o PS terá, certamente, ocasião para assumir uma posição.

• **Estrada de São Julião – O Sr. Vereador Pedro Taleço** alude aos problemas verificados na Estrada Municipal (EM) 533-2 [a que faz a ligação da Estrada Nacional (EN) 379 à rotunda da Estrada Nacional (EN) 252 junto ao acesso à Autoestrada 2 (A2) e que passa pelas instalações do Modelo Continente Hipermarcados, S.A. – Loja de Palmela]. Alguns troços da EM 533-2 apresentam curvas muito apertadas e ocorrem com frequência acidentes. Por exemplo, na curva mais apertada não existe qualquer tipo de sinalização, nem de aproximação, e muitas viaturas despistam-se porque seguem em frente; não lhe parece que seja por excesso de velocidade, pois a curva fecha repentinamente. Considera que a instalação de uns pinos, ou refletores, e o reforço da sinalização possa obviar a essa situação. Pretende deixar essa reflexão, porque a via necessita de uma intervenção global. Também deverá ser estudada, na sua opinião, o reforço da iluminação pública.

• **Comunicado inserido no Jornal do Pinhal Novo relacionado com a Palmela Desporto, E.M. – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro** questiona se, no decurso do processo de desavença laboral entre os trabalhadores e o Conselho de Gestão da Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E. M. Unipessoal, Lda., o acionista maioritário e único (o detentor do capital social), a saber a Câmara Municipal de Palmela, deu algumas instruções de à Gestão desta empresa. Em caso afirmativo, pretende saber quais foram e em que sentido é que as mesmas foram dadas para a resolução dos problemas.

• **Alargamento da rede do pré-escolar – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro** intervém relativamente à questão da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho de Palmela e adianta que toda a Vereação rececionou a comunicação daquela entidade. Na sequência disso, teve oportunidade de reunir com a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho de Palmela, tendo-lhe sido transmitido que a Autarquia tomou uma decisão sem a participação, ou consulta, a essas entidades. Ao que parece apenas foi-lhes dado conhecimento, em junho passado, já com a preparação do próximo

ano letivo em curso, o que trouxe transtornos a essas instituições. Relembra que o assunto já foi trazido a reunião de Câmara pelo Sr. Vereador Pedro Taleço e prende-se com as três turmas do pré-escolar na freguesia de Pinhal Novo.

Pelo exposto, pretende saber se:

- Houve algum contacto com a rede instalada quando se tomou essa decisão;
- Essa articulação foi feita, até porque tem muito a ver com a recomendação que anteriormente foi aprovada sobre a importância das decisões serem participadas por todos, nomeadamente pelos seus destinatários, mas especialmente por aqueles que no terreno e no dia a dia têm funções nessa matéria;
- Há algum estudo ou ensaio sobre essa decisão em concreto;
- Houve de alguma forma uma participação desses atores sociais no processo de decisão.

Considera que há que ter a noção que o serviço público, seja ele qual for, no caso em concreto a Educação, não é só prestado pelo Estado ou pelas autarquias locais mas, também, por aqueles que, no caso concreto, são as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Em muitas situações pode dar-se o caso de se estarem a duplicar respostas. Usa a expressão: “tapa-se de um lado e destapa-se do outro”.

Ainda sobre este tema, o **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere-se à questão das Instituições Particulares de Solidariedade Social. Quando se fala que se encontram 120 crianças em espera para o Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos e 70 para o Agrupamento de Escolas de Palmela, presume que sejam só as de 5 anos, pois foi mencionado que não se possuíam dados referentes às crianças de 3 e 4 anos.

• **Reposição da Freguesia de Marateca / Reposição da Freguesia de Poceirão** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** alude que, no dia 30 de junho último, foi discutido a questão da reposição das freguesias de Marateca e de Poceirão. Relembra que o Partido Socialista (PS) e o Partido Comunista Português (PCP) afirmaram que essa situação seria reanalisada logo a seguir às eleições. Pretende perceber se, na discussão/votação a que o Sr. Presidente assistiu, foi decidido aquilo que essas duas forças políticas afirmavam ser o zénite da sua atividade política nos próximos tempos, ou seja, a reposição das freguesias. Solicita que o Sr. Presidente tenha a amabilidade de informá-lo sobre como terminou esse episódio.

• **Higiene e limpeza do espaço público** – O **Sr. Vereador António Braz** sublinha que continua a verificar-se a erva nos passeios, essencialmente na freguesia de Palmela, nomeadamente no Bairro do Padre Nabeto e na Quinta da Asseca, e se a memória não lhe falha, este assunto já foi objeto de discussão numa reunião de Câmara. Felizmente esta

situação não se verifica nas restantes freguesias, onde vigoram os contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia.

Para além disso, no que à limpeza dos contentores diz respeito, efetuava-se uma limpeza em maio e outra em setembro. Contudo, é do seu conhecimento que foram introduzidas alterações e a limpeza passará a ser feita entre junho e setembro.

Aproveita para informar uma situação que acontece no Largo do Poço Novo, em Quinta do Anjo, cujos contentores exalam um cheiro nauseabundo que está a incomodar os/as residentes. Trata-se de um local com muito movimento e foi abordado no sentido de haver a possibilidade de o Município instalar contentores soterrados.

Face às questões apresentadas no Período Antes da Ordem do Dia, foram dadas as seguintes respostas:

_ Comunicado inserido no Jornal do Pinhal Novo relacionado com a Palmela Desporto, E.M. (Questão colocada pelos Srs. Vereadores Pedro Taleço e Paulo Ribeiro) – O **Sr. Presidente** refere que pode ser lida a documentação existente sobre o assunto, inclusive o comunicado do Conselho de Gestão, pese embora esse comunicado seja da responsabilidade do Conselho de Gestão da Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E. M. Unipessoal, Lda. (Palmela Desporto) e não da Câmara Municipal.

Afirma com toda a frontalidade e sem quaisquer receios que não se revê nas palavras do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL). Reconhece que pode haver trabalhadoras/es que estando legitimamente descontentes com a gestão da empresa, em termos do seu funcionamento, ou mais concretamente do clima emocional – na sua opinião é o que se passa -, quanto ao resto não corresponde ao que é dito no comunicado do sindicato. Reconhece que o STAL é um sindicato fortemente afeto à esquerda, mas o Município não tem poder de influenciar as suas tomadas de posição. Assim, o sindicato é livre de afirmar o que bem entende e até tem liberdade para dizer «asneiras».

As orientações foram dadas. O Município emitiu um ofício que, inclusivamente foi remetido ao STAL, e sobre a matéria em causa desaconselhou essa tomada de decisão, pois está de acordo com a missão, com a visão e com os valores defendidos pelo Conselho de Gestão da Palmela Desporto. Em consequência, o Município transmitiu ao Conselho de Gestão que tomasse as medidas de gestão, em termos de organização dos serviços, como sempre o fizeram, salvaguardando as matérias que põem em causa as carreiras, as avaliações e as progressões, pois são matérias que vão ser vertidas no Acordo de Empresa.

Foi na sequência dessa intervenção do Município que foram agendadas reuniões e encontros com o STAL e a pressa no Acordo de Empresa remeteu a primeira reunião de negociações para o dia 26 de setembro próximo, sendo que o objetivo é que, até final do ano, haja um Acordo de

Empresa aprovado na Palmela Desporto. Realça que, desde 2003, ninguém alterou o Acordo de Empresa, logo só pode concluir-se que todas as partes estavam satisfeitas.

Relativamente à organização dos serviços afirma que não se pode fazer fé em tudo o que é afirmado, nomeadamente: técnicos de manutenção e auxiliares a fazer serviços de receção e técnicos administrativos a efetuarem serviços de limpeza. Pessoalmente tem liberdade de análise e a responsabilidade de compreender os assuntos. O sindicato faz o seu papel e o Conselho de Gestão tem, também, o seu papel. A verdade é que não houve nem despedimentos, nem pessoas a quem tenham sido retirados cargos. Sublinha que os cargos não são vitalícios. No início de cada época são nomeados os diretores dos equipamentos. Quanto à nova orgânica, a informação que possui aponta para uma "mexida" substancial. Quanto ao resto são matérias que competem ao Conselho de Gestão.

Para melhor compreensão, faz a seguinte comparação: em reunião de Câmara é aprovada uma determinada estrutura orgânica, em certo ponto até constrangida pela legislação. Compete ao Presidente da Câmara nomear os dirigentes. Então, ao Conselho de Gestão da Palmela Desporto também lhe compete nomear os diretores dos equipamentos, de acordo com a competência que as pessoas têm. Logicamente que não se pode confundir isso com «atropelos» ao Mapa de Pessoal, pois o Mapa de Pessoal é matéria cuja aprovação formal só ocorre em Assembleia Geral com a presença do Sr. Vereador Luís Miguel Calha e, naturalmente, só pode ser aprovado de acordo com a legislação do Código do Trabalho. Sublinha que a generalidade dos/as trabalhadores/as da Palmela Desporto até vencem um pouco acima da Administração Pública, pois trata-se de uma carreira diferente.

O Município tem aconselhado o diálogo e a análise correta dos factos, para que não se perca o discernimento, mas quando as partes preferem andar a degladiar-se, naturalmente, o Município não fica satisfeito.

Sublinha que, numa visita que fez de surpresa às instalações da Palmela Desporto, ficou satisfeito em observar que tudo estava a funcionar e pôde observar as ações que estão a acontecer nas férias desportivas e a participação das equipas da Palmela Desporto nos *Meetings* de natação.

Informa que o Município reuniu com as/os trabalhadoras/es e conhece quais são as questões que efetivamente têm de ser resolvidas e foi, por via disso, que fez chegar as suas instruções ao Conselho de Gestão. Acrescenta que o Conselho de Gestão tem autonomia em outras matérias, sendo que a posição do Município é clara.

Alude à receção de um pré-aviso de greve do STAL, sendo que, na qualidade de Presidente da Câmara, não lhe compete negociar com o sindicato. Contudo, afirma que o STAL está a fazer uma análise errada. O que espera e solicita é que as partes se sentem e conversem. Não lhe compete fazer outro tipo de comentários sobre a atuação dos sindicatos que, felizmente, são livres. Mal seria dizer: *'Vocês vejam lá que estão a prejudicar a imagem da Palmela Desporto e*

por sua via estão a prejudicar a imagem da Câmara Municipal, e nós até somos bons amigos'. Alude que não tem problemas dessa natureza. No plano dessas quezílias e dessas lutas sindicais e outras, como Churchill afirmava *"na guerra a verdade é sempre a primeira vítima"*. Existem matérias que têm que ser analisadas com rigor, pois não se podem fazer comunicados e incendiar os assuntos que hajam para tratar. Não está a afirmar que os trabalhadores estejam errados. Estão certos nuns aspetos e, muito provavelmente, mal informados noutros. A posição do Município é que as partes se sentem e conversem, até porque o organograma que foi gizado em abril, depois da posição do Sr. Vereador do pelouro e das reuniões que ocorreram com o Município, foi abandonado e, presentemente, existe um novo organograma em vigor - aprovado no dia 13 de junho, no âmbito das competências do Conselho de Gestão, e em vigor desde o dia 30 do mesmo mês.

Pessoalmente não observa que existam «atropelos» à legislação em vigor. Trata-se de uma forma de organizar os serviços e só existem mudanças que se relacionam com duas pessoas. Sinceramente não compreende a questão, mas não se deve entender das suas palavras como se afirmasse que «é uma tempestade num copo de água». Reafirma o que já teve o cuidado de afirmar na Assembleia Municipal: existe um problema de estilos e há um problema de gestão do clima emocional. O que não pode ser exigido é que o Presidente da Câmara Municipal «faça de padre» no meio destas questões.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** esclarece que a questão que colocou centrava-se na perseguição do serviço público e da qualidade do mesmo. As questões mais emocionais do ambiente laboral acabam por refletir-se nos utentes, pois trata-se de um serviço que requer disponibilidade e atenção particular. Todavia, os trabalhadores estão a reivindicar o que consta no acordo de 14 de abril, pois, ainda esta semana, foi possível ler na comunicação social a sua oposição a esse acordo. Chama a atenção para o facto de o mapa estratégico já ter sido revogado.

Conclui dizendo que as/os eleitas/os do PS sentem-se reconfortados com a posição do Município e fazem votos para que o serviço público continue a ser prestado, se possível, de forma exemplar.

O **Sr. Presidente** acrescenta que quando teve a oportunidade de contactar com as/os trabalhadoras/es da Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E. M. Unipessoal, Lda., tomou conhecimento do clima de tristeza e de desconfiança existente no ambiente laboral. Apesar dessa situação, o trabalho continua a ser desenvolvido de forma exemplar, facto que é elogiável. Por exemplo, recentemente esteve no "50+ - Programa de Exercício" e as equipas estavam entusiasmadas e mobilizadas a fazer bem como sempre fizeram. Urge ultrapassar as questões e clarificar. Acredita que haverá um tempo para as/os representantes das/dos trabalhadoras/es, nomeadamente o STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas,

Concessionárias e Afins, e o Conselho de Gestão esclareçam o que houver a esclarecer, porque estão a «batalhar» partindo de pressupostos que já não existem.

_ **Alargamento da rede do pré-escolar** (Questão colocada pelos Srs. Vereadores Pedro Taleço e Paulo Ribeiro) – O **Sr. Vereador Adilo Costa** começa por destacar que na monitorização da Carta Educativa do concelho estavam programadas 6 salas de pré-escolar no Jardim de Infância do Terrim; depois, houve um recuo na medida em que se teve em consideração as apreensões da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho de Palmela e, também, o alargamento do pré-escolar no ano letivo de 2016/2017 para os 4 anos, e em 2018/2019 para os 3 anos. Essa é uma realidade inofismável, pois não foi feito nada que fosse além daquilo que previamente foi apresentado a todos os parceiros, incluindo as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), em relação àquilo que seria, nos tempos mais próximos, a rede no pré-escolar. No Pinhal Novo vão ser abertas 2 salas de aula (por lapso vem referenciado no documento das IPSS que seriam 3); uma na Escola Básica Zeca Afonso e outra na Escola Básica Salgueiro Maia. Contudo, não vão ser suficientes porque, no presente, encontram-se 120 crianças em lista de espera no Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos e 70 crianças em lista de espera no Agrupamento de Escolas de Palmela – e não se refere a crianças de 3 e 4 anos -. Apenas o Agrupamento de Escolas José Saramago, em Poceirão, é que não tem crianças em lista de espera, e aconteceu precisamente o inverso: por dificuldades de mobilidade dos pais e das mães e dos/as encarregados/as de educação houve uma sala de aula que ficou vaga na Lagoa do Calvo e outra em Lagameças. Pese embora, seja provavelmente o melhor equipamento que o Município possui, a verdade é que não estava a ser tirado partido das potencialidades dos 2 equipamentos, sendo que seria um desperdício não serem aproveitados. O problema foi resolvido, pois passou a ser considerado o transporte das crianças, desde que participassem nas atividades de apoio à família. Acredita que o problema foi resolvido a contento de todos/as.

Quanto à lista de espera no Pinhal Novo, sublinha que o assunto foi discutido no Conselho Municipal de Educação de Palmela. Nessa ocasião, um representante das IPSS, com toda a legitimidade, levantou as dúvidas que agora se apresentam por escrito. Não obstante, considera que não têm razão de ciência, pois a rede solidária no Pinhal Novo cobre 18,9% das crianças – não existem dados concretos quanto às dos 3 e 4 anos. O Centro Social Paroquial de Pinhal Novo possui 2 salas com 40 crianças e a Fundação COI (Centro de Ocupação Infantil) possui 4 salas com 94 crianças, mas existem ainda muitas crianças. A rede pública tem de dar cobertura e, nesta questão, não pode haver desleixo, pois as famílias não podem ficar desamparadas. A rede pública cobre 19%, sendo que a rede privada no Pinhal Novo é muito superior à rede solidária.

Outra questão que se levanta: a equiparação da rede solidária à rede pública. A verdade é que existem muitas dúvidas na interpretação dessa situação, pese embora não seja o caso de Palmela, pois o Município muito gostaria que tal se verificasse. Por exemplo, o pagamento aos profissionais que trabalham nas creches está reportado a um determinado ano dos anos noventa. Isso não pode ser. O assunto já foi objeto de inúmeras reclamações para que haja a retificação desses cálculos, pois têm de ser cálculos justos, para que não “afoguem” a rede solidária.

A revisão da Carta Educativa tarda, mas espera que o presente Governo a desbloqueie, sendo que há que considerar a rede das IPSS, a rede solidária. Compete às famílias a escolha, sendo que também é legítimo que possam escolher o privado.

Abstêm-se de focar situações particulares, mas apresenta um exemplo que se passou o ano transato com a sua neta de 5 anos, mas que se pode passar com qualquer outra criança. O caso é insólito. A sua neta reside em frente a uma escola, mas não tinha vaga nessa escola. Isso não pode acontecer. Nessas situações, independentemente de ser rede pública ou solidária, tem de se desbloquear o processo. Acredita que esta situação pode acontecer dum modo geral, com exceção para os territórios rurais, na medida em que a procura é diferente. Acredita ser possível ultrapassar essa situação com o transporte cedido pelo Município. É de opinião que é preciso ser realista e articular com a rede solidária as soluções.

O **Sr. Presidente** sublinha que a articulação das matérias se verificou, sobretudo do ponto de vista formal, no Conselho Municipal de Educação de Palmela e, com exceção do representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), a iniciativa mereceu os aplausos dos restantes parceiros. Para além disso, os parceiros têm conhecimento da matéria que respeita à Carta Educativa, da sua monitorização, dos cenários imediatos e das projeções demográficas que apontam para a não necessidade de investimentos em novas salas. Por exemplo, o Município tinha previsto realizar o Jardim de Infância do Terrim com 6 salas, mas veio a optar-se por outra solução.

Pelo exposto, a sua decisão pessoal, e que foi transmitida numa reunião de trabalho, foi a de que se aguarde até que o Município tenha em sua posse a monitorização completa e os dados do Plano Diretor Municipal (PDM). Os dados da revisão do PDM estão a ser atualizados com frequência e voltam a apontar para a não necessidade de mais investimentos nesta área, pelo que o Município não vai construir novos equipamentos.

Quanto às freguesias de Poceirão e Marateca, é preciso tomar outro tipo de medidas para levar a que as pessoas deixam as crianças no pré-escolar naqueles territórios. Sabe-se que algumas crianças são levadas para outros estabelecimentos de ensino, por razões de os/as pais/mães trabalharem noutros locais. É uma pena que isso aconteça, porque aqueles estabelecimentos têm excelentes condições, pelo que faz todo o sentido avançar com medidas que produzam a procura dos equipamentos situados nos territórios rurais de Poceirão e de Marateca. Todos os

indicadores que o Município possui apontam para um equilíbrio que vai permitir que as IPSS que têm soluções nestas áreas possam redefinir respostas, sendo que 80% dos membros da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho de Palmela, muito provavelmente, não possuem essa resposta. Considera que há espaço para todos, inclusive para a redefinição das respostas, pois as famílias precisam hoje em dia de outro tipo de respostas (tais como: os relacionados com os prolongamentos dos horários ou com a oferta de atividades). Tem conhecimento de pessoas que, residindo ao lado de uma escola pública, por questões de organização da vida familiar, preferem ter as crianças numa IPSS, porque a criança é entregue às 07.00 horas e pode ser recolhida até às 19.30 horas. As IPSS que têm esses modelos têm sabido adaptar-se, mas a Autarquia não está a criar nenhuma fratura nem rotura, muito pelo contrário, pois está a cumprir a sua obrigação enquanto administração pública que tem de dar garantias sem pretender estatizar. O Município necessita que as IPSS invistam em creches, pois essa é uma necessidade que existe e é tão pertinente o berçário/creche como é hoje o lar de idosos, porque, nesses casos, o Estado ainda não interveio e, na sua opinião, devia intervir mais. Nesse caso em particular, a rede solidária e a rede privada têm de trabalhar em complementaridade. Percebe a posição dos representantes das IPSS, mas assegura que os dados foram bem analisados e não vai antever nenhum prejuízo para ninguém em particular.

Quanto a outras medidas como, por exemplo, a redução do número de alunos por turma, a Câmara Municipal aguarda que o atual Governo tome essa iniciativa. Na verdade, a Coligação Democrática Unitária (CDU) defende essa medida há uma série de anos, que contribuiria para a criação de emprego e o ensino individualizado. Se isso vier a verificar-se, dá garantias de que o Município está em condições para redefinir a rede pública, preparar respostas e contratar mais auxiliares, até porque é a Câmara Municipal que assegura o pagamento do vencimento desses trabalhadores/as, na medida em que não são colocados/as pelo Ministério da Educação.

Conclui que o Município não pode ficar «refém» e estava a precisar de ter um parecer formal sobre a situação. Opina que a decisão foi bem tomada. Futuramente deverão ser acautelados outros aspetos em articulação com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

— **Estrada de São Julião** (Questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço) – O **Sr. Presidente** menciona que a observação é pertinente. Trata-se dum assunto que também preocupa a maioria em gestão nesta Autarquia. Não é por acaso que foi colocado um tapete betuminoso com a fresagem do pavimento - é uma solução antiderrapante. No local em análise encontra-se a sinalização vertical de proibição de excesso da velocidade máxima de 40 quilómetros por hora e a sinalização vertical de perigo (curva e contracurva). Foram dadas instruções à Divisão de Conservação e Logística (DCL) da Câmara Municipal para se equacionar a colocação de guardas de segurança nas zonas que o permitam, sobretudo na zona onde ocorrem os sistemáticos despistes.

Quanto à iluminação pública, informa que foi feito um reforço e, se for esse o entendimento, poder-se-ão colocar mais 2 candeeiros. Não obstante, crê que o problema reside na condução, que não é defensiva, pois amiúde os automobilistas ultrapassam o traço longitudinal contínuo, invadindo a faixa de trânsito contrária.

A situação ideal para esta localização seria a de se conseguir negociar com os proprietários a expropriação de terrenos, de forma a realizar uma outra via; pois, a partir do momento em que se ganhou uma nova centralidade com aquela rotunda, a via em causa passou a ter muito mais tráfego. Pessoalmente até gostaria - não no projeto que está previsto para a zona da UNICERVI - Comércio e Representações, Lda., porque esse não cria mais-valia suficiente para exigir isso ao promotor - de, numa segunda fase, levar o promotor a reperfilar o arruamento. O Município tem essa estratégia, na medida em que aquele arruamento passou a ser estruturante.

A fim de obviar os problemas, procurar-se-á efetuar o reforço da sinalização e, possivelmente, a colocação de guardas de segurança para que as/os automobilistas/os percebam que entram numa zona onde só se pode circular a 40 quilómetros por hora. Se respeitarem essa limitação tudo corre bem.

_ Reposição da Freguesia de Marateca / Reposição da Freguesia de Poceirão

(Questão colocada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro) – O **Sr. Presidente** alude a que o projeto de lei sobre a reposição das freguesias de Marateca e de Poceirão, do Partido Comunista Português (PCP) e do Bloco de Esquerda (BE) e o projeto de resolução do Partido Socialista (PS) baixaram à Comissão.

Quanto à posição do PS sobre o assunto, recomenda que se questionem os deputados com assento no Parlamento do PS, pois ao que parece existe uma grande divisão nessa matéria. O PCP, em coerência com aquilo que defendeu, apresentou um projeto de lei muito bem construído (até do ponto de vista da técnica legislativa que define um regime de como todo o processo deve ser conduzido e que é muito semelhante ao regime de criação de freguesias) coloca nas mãos dos órgãos autárquicos, legitimamente eleitos, a decisão que emanará sempre da vontade das populações. Alguns afirmavam que o PCP queria reverter tudo, mas isso não corresponde à verdade.

Relativamente à posição do PS, gostou de ouvir algumas intervenções. Outras foram como as «enguias esguias». O BE «sonha» com referendos para tudo (alguns que nem são constitucionais). Espera, sinceramente, que haja o bom senso de resolver as situações nos locais onde as populações efetivamente consideram que devem voltar a ter a organização administrativa que tiveram no passado, e com a qual não se deram mal; que essa realidade possa ocorrer antes das próximas eleições autárquicas.

Recorda que, no que se reporta ao território de Palmela, o Sr. Vereador Paulo Ribeiro foi o único dissonante, pois no final do mandato anterior a bancada do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD) estava a favor da agregação das freguesias de Marateca e Poceirão e via nisso grandes vantagens.

Menciona que um estudo da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) comprova que mais de 70% das freguesias consideram que a gestão não melhorou, em contraste com as 26,4% das freguesias que viram melhorias. Esse estudo contraria a afirmação de que tudo estava a correr bem. Na sua opinião, a melhor forma de dignificar a política é, entre outras matérias, cumprir aquilo que se promete e ser coerente. O PCP primou pela coerência e o assunto está agora nas mãos da Assembleia da República. Espera que este assunto não vá para as «catacumbas» da Assembleia da República, pois muitos assuntos vão para o chamado «arquivo morto». Os partidos políticos têm dificuldade em fazer coincidir as palavras com os atos e veem nisso vantagens, mas espera que tal não aconteça. Aliás, espera que, na matéria em apreço, devia haver um amplo consenso, pois foi cometida uma injustiça no território do concelho de Palmela. Não estão em causa as freguesias de Lisboa em que havia uma rua que atravessava três freguesias, ou de Braga que tinha 85 freguesias, ou de Barcelos com 89 freguesias. Palmela é o maior concelho da Área Metropolitana de Lisboa e só possuía cinco freguesias, pelo que não se compreende que tenham agregado duas freguesias.

O Sr. Presidente da União das Freguesias de Poceirão e Marateca afirma, e com razão, que a freguesia do Poceirão é maior do que o concelho de Lisboa, e Marateca e Poceirão possuem quase a dimensão da Ilha da Madeira, o que não faz sentido. Os defensores da racionalidade, das poupanças, da proximidade devem ter a “máquina de calcular” a funcionar erradamente, porque a racionalidade deve ser a de se perceber que a medida não pode ser a “régua e esquadro” e que não pode ser tomada para todo o território. Se havia território onde essa injustiça não devia ter sido cometida era no território do concelho de Palmela.

Termina dizendo que tem confiança no trabalho que foi realizado pelos parlamentares do PCP e reconhece que há muitos outros parlamentares de outros partidos políticos que estão empenhados e acompanham o Município de Palmela. “Espera ver para crer” como São Tomé e faz votos para que esta matéria esteja resolvida antes das próximas eleições autárquicas.

Sobre este assunto intervém, também, o **Sr. Vereador António Braz** para destacar que o Partido Socialista (PS) se congratula com a preocupação do Sr. Vereador Paulo Ribeiro em ver a desagregação daquelas das duas freguesias rurais do concelho de Palmela.

Acrescenta que o PS acompanha a proposta do Partido Comunista Português (PCP) que foi objeto de alteração, pois inicialmente passava a ideia da “régua e esquadro” como fez o anterior Governo. Felizmente, a proposta foi corrigida e, neste momento, tem “pés para andar”, pois o PS é defensor que se auscultem as populações e os órgãos autárquicos. Confirma que ‘dentro’ do PS também existem discussões e nem sempre se consegue a unanimidade, pois

existem vozes dissonantes em relação à matéria em apreço. Considera que seria desejável que houvesse mais unanimidade em relação a estas propostas, porque, quer se queira, quer não, as populações das freguesias de Marateca e de Poceirão foram penalizadas com a agregação destes dois territórios. Isto é evidente. Assegura que o PS vai acompanhar todo o processo, agora que o requerimento baixou à Comissão para discussão, sendo que o prazo para essa discussão é de 90 dias. Faz menção ao comunicado da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), em que é solicitada a celeridade no processo, para que a desagregação ocorra antes das eleições autárquicas de 2017. Isso é o que espera, e é para isso que o PS vai lutar.

_ Higiene e limpeza do espaço público (Questão colocada pelo Sr. Vereador António Braz)

– O **Sr. Presidente** menciona que tem estado a ser aplicada monda química nos passeios do Bairro do Padre Nabeto e da Quinta da Asseca. Naturalmente que as brigadas não conseguem estar presentes em todo o lado. Presentemente encontram-se a executar serviços em Pegarias. É certo que existem atrasos, mas conforme já teve a oportunidade de explicar no passado, o corrente ano tem apresentado uma humidade atípica e pese embora a aplicação da química ocorra com mais periodicidade, a verdade é que o resultado não é tão eficaz nem tão evidente. Associado a isso, existem os problemas da desmatção dos terrenos dos particulares e a questão relacionada com a invasão da via pública e com a circulação. São muitas as solicitações num período particularmente difícil. Recentemente alguém confrontou-o dizendo que 'não observava ninguém nas ruas', mas há que ter em consideração que a jornada de trabalho no verão para os/as trabalhadores/as das áreas operacionais é das 06.00 às 13.00 horas. O trabalho está planeado e a ser executado, mas a Autarquia não consegue ter os recursos que gostaria.

Quanto à limpeza dos contentores, o **Sr. Presidente** esclarece que, no corrente ano, ocorreu mais uma lavagem além das que vinham sendo feitas, e procurou-se concentrar duas lavagens nos meses de maior calor. No Largo do Poço Novo – Quinta do Anjo, houve, em tempos, contentores arrumados num beco mais à frente. De momento encontram-se 4 contentores juntos no parque da farmácia, porque não existe outro espaço disponível. Parece-lhe que existe um uso menos correto dos contentores, pois, considerando os estabelecimentos comerciais existentes na zona, algumas pessoas não acondicionam o lixo adequadamente; não se trata de lixo doméstico comum, mas de produtos com alguma expressão (como são os alimentos).

Uma solução de *molokes* ou de contentores enterrados é quase impossível em algumas zonas, desde logo pelo funcionamento da grua e pela própria operação que envolve e, também, pelo tipo de infraestruturas que estão enterradas. Essas matérias são objeto de reflexão. A maioria em exercício não é contra a utilização desses recipientes de recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU), mas a verdade é que a frota está preparada para outro tipo de contentores que são

mais versáteis. Em futuros loteamentos poder-se-á pensar nesse tipo de soluções e na constituição de ilhas enterradas com a disponibilização de ecopontos. Termina dando a garantia de que, caso se constate que os contentores necessitem de ser novamente higienizados e desinfetados, essa operação será realizada; isso foi devidamente salvaguardado no contrato, pois foram previstas lavagens pontuais para além da ronda habitual.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E SRA. CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Dr. Paulo Pacheco e Sr.ª Chefe da Divisão da Administração Geral, Dra. Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 30.06.2016 e 05.07.2016.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SR.ª VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sr.ª Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 27.06.2016 e 01.07.2016.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 30.06.2016 a 05.07.2016, no valor de 271.847,67 € (duzentos e setenta e um mil, oitocentos e quarenta e sete euros e sessenta e sete cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 4.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 05.07.2016, apresenta um saldo de 7.827.206,76 € (sete milhões, oitocentos e vinte e sete mil, duzentos e seis euros e setenta e seis cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 6.731.603,52 € (seis milhões, setecentos e trinta e um mil, seiscentos e três euros e cinquenta e dois cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 1.095.603,24 € (um milhão, noventa e cinco mil, seiscentos e três euros e vinte e quatro cêntimos).

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 1 – Aceitação de doações.

PROPOSTA N.º GAP 01_17-16:

«No âmbito da atividade que vem sendo realizada, a coberto do Programa Mecenaz de Palmela e considerando que a mesma valoriza positivamente, enquanto contributo para o desenvolvimento do território, o envolvimento dos agentes económicos na realização de projetos marcantes em diversas áreas de atividade;

Atendendo à manifestação de interesse protagonizado por várias empresas em se associarem ao Programa em apreço e de acordo com o disposto na alínea j) do nº 1, do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** que a Câmara Municipal aceite as doações que de seguida se discriminam:

Entidade	Valor da Doação	Atividade
SLEM – Sociedade Luso Espanhola de Metais, Lda. Palmela Gare 2950-401 Palmela NIF: 501991239	€ 200,00 (duzentos euros)	Academia da Proteção Civil – Viatura Itinerante da Proteção Civil
CRÓMIA – Comunicação, Lda. Estrada da Baixa de Palmela Quinta Gonçalo José 2900-292 Setúbal NIF: 502836679	1 lona publicitária para outdoor Valor da Doação: € 200,00 (duzentos euros)	Receção à Comunidade Educativa
	2 lonas publicitárias Valor da Doação: € 300,00 (trezentos euros)	Atividades culturais e desportivas

Mais se informa que a totalidade das referidas doações que se propõe que a Câmara Municipal aceite, perfazem o valor total de € 700,00 (setecentos euros).»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 2 – Pacto de Milão sobre política de alimentação urbana – Proposta de subscrição e aprovação de Plano de Ação Municipal.

PROPOSTA N.º GAP 02_17-16:

«Considerando que o Pacto de Milão foi subscrito em 15 de outubro de 2015, durante a Expo-Milão 2015, por mais de 100 presidentes de câmara de várias cidades do mundo;

Considerando que o Pacto pretende envolver o maior número possível de cidades e autarquias locais no desenvolvimento de sistemas alimentares baseados nos princípios da sustentabilidade e justiça civil;

Atendendo a que o Pacto tem o apoio institucional de várias instituições e agências das Nações Unidas, incluindo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO), bem como de outras organizações de referência como a Fundação RAUF – Resource Centers on Urban Agriculture e Food Security, e do Comité das Regiões da União Europeia;

Considerando que a Assembleia da República Portuguesa declarou o ano de 2016, como “Ano Nacional de luta contra o desperdício alimentar”.

Considerando que a OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento, em parceria com a Direção-Geral de Saúde, e com o Instituto Superior de Agronomia, com participação da Fundação Calouste Gulbenkian, entre outros, são os promotores, em Portugal, da dinamização junto das autarquias locais, comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas; da subscrição do referido Pacto de Milão, o desenvolvimento das ações que integram o designado “Quadro Geral para a ação sobre Política Alimentar Urbana”, que se anexa;

Atendendo à avaliação e reflexão que sobre a matéria foi efetuada pelo grupo de trabalho I (GAP, DRH, GAEPI, DEIS, GA, DCTEL) e considerando as áreas suscetíveis de contributo municipal, nomeadamente:

- no domínio das “Dietas e Nutrição sustentáveis”;
- no domínio da “Igualdade Social e Económica”;
- no domínio da “Produção Alimentar”;
- no domínio do “Abastecimento Alimentar e Distribuição”;
- no domínio do “Desperdício Alimentar”;
- no domínio da Governança e Políticas Públicas Urbanas/Municipais de alimentação”
- Considerando, ainda, o Plano de Ação Municipal proposto e que visa materializar o compromisso resultante da subscrição do Pacto de Milão por parte da Câmara Municipal de Palmela,

Propõe-se que;

1. Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 23.º e alínea r) e u) do n.º 2 do artigo 33º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal de Palmela delibere subscrever o Pacto de Milão, e aprovar o Plano de Ação Municipal, que no caso vertente é parte integrante do mesmo;
2. Da presente decisão, se dê conhecimento:
 - a) à Assembleia Municipal de Palmela;
 - b) às Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho;
 - c) ao Conselho Executivo Metropolitano de Lisboa;
 - d) à Presidência da Assembleia da República;

Em anexo:

- Quadro Geral para a ação sobre Política Alimentar Urbana
- Plano de Ação Municipal.»

Sobre a proposta de Pacto de Milão sobre política de alimentação urbana – Proposta de subscrição e aprovação de Plano de Ação Municipal numerada GAP 02_17-16 intervêm:

O **Sr. Presidente** faz referência ao projeto de hortas comunitárias do concelho de Palmela, em freguesias eminentemente urbanas, e que já é uma realidade em Pinhal Novo, Palmela e Quinta do Anjo e, em breve, em Aires. O projeto a que esta proposta se refere tem correspondência com as características do território de Palmela, o que não quer dizer que isso seja implementado tal e qual. Não consegue informar quantos municípios no país aderiram, mas devem andar à volta de uma a duas dezenas, conforme dados fornecidos pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP). Espera que o movimento venha a ganhar outra forma. As características do território e as práticas que já se encontram implementadas apontam para uma estratégia de integração das medidas adotadas e outras que vão procurar-se implementar.

Sobre os organismos geneticamente modificados não pretende antecipar a discussão. Trata-se de uma opção política que será discutida a seu devido tempo.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Protocolo de cedência de viatura da Academia da Proteção Civil entre a Câmara Municipal de Palmela e a Autoridade Nacional de Proteção Civil.

PROPOSTA N.º SMPC 01_17-16:

«O projeto da Academia da Proteção Civil visa preparar e organizar a população para a catástrofe, fomentando a participação ativa dos cidadãos e associações, contribuindo para aumentar a resiliência das comunidades aos desastres.

A utilização da viatura traduzir-se-á numa valiosa ferramenta ao serviço da sensibilização da população, em matéria de Proteção Civil, contribuindo, sobretudo para o processo formativo, não só dos alunos do concelho, mas de toda a população em geral, e para o aumento da capacidade individual de autoproteção e do conhecimento sobre os riscos e a sua prevenção.

A concretização desta cedência visa colaborar com a Autoridade Nacional de Proteção Civil na promoção de ações de sensibilização e informação ao público ao longo do território continental.

O veículo alvo de cedência encontra-se equipado com os seguintes objetos:

- Um televisor LED;
- . Um computador portátil;
- . Dois manequins para manobras em suporte básico de vida;
- . Um extintor completo, um aberto que permita o manuseamento e um maior conhecimento dos componentes destes equipamentos;
- . Vários exemplos de sinalética de emergência, que familiarizem o público com os seus significados e propósitos;
- . Um kit de primeiros socorros que favoreça o contacto com os materiais que o integram e a sua forma de utilização;
- . Um exemplo de kit de emergência para sismos, que sensibilize as famílias para a importância da preparação deste conjunto, que deve reunir, entre outros, lanterna, cópias dos documentos de identificação, rádio, pilhas e alimentos enlatados.

Nestes termos, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto na alínea j) do nº 2, do artigo 35º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a celebração do protocolo entre o Município de Palmela e a Autoridade Nacional de Proteção Civil, pelo uso da viatura da marca Volkswagen, modelo Sharan, de matrícula 35-NJ-90, nos termos e condições estabelecidas pelas partes, de acordo com o Protocolo que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante.»

Sobre a proposta de Protocolo de cedência de viatura da Academia da Proteção Civil entre a Câmara Municipal de Palmela e a Autoridade Nacional de Proteção Civil numerada SMPC 01_17-16 intervém:

O **Sr. Vereador António Braz** congratula-se com o surgimento da proposta em apreço, salientando a parceria com a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC). Conforme é mencionado a viatura pode sair para além do distrito, o que será importante: divulga o concelho de Palmela (por ter sido pioneiro neste tipo de iniciativa) e o tipo de viatura em si. Esteve a consultar a *internet* e não conseguiu encontrar muitas Academias de Proteção Civil no âmbito das câmaras municipais.

Conclui fazendo menção a que a proposta merece os votos favoráveis dos/a eleitos/a do Partido Socialista.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Plano anual de transportes escolares – ano letivo 2016/2017.

PROPOSTA N.º DEIS 01_17-16:

«De acordo com o Decreto-lei nº 299/84, de 5 de setembro, é da competência da Câmara Municipal organizar, gerir e financiar a rede de transportes escolares concelhia que integra os circuitos municipais e os que são realizados por empresas transportadoras, em circuito público.

O transporte escolar abrange os alunos residentes no concelho de Palmela e destina-se a assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória. A utilização do transporte escolar é gratuita para os alunos do ensino básico e comparticipada em 50%, pelo município, para os do secundário.

Apesar da Lei nº 65/2009, de 27 de agosto, estabelecer o alargamento da escolaridade obrigatória de 12 até aos 18 anos de idade, o artigo 15º, do Decreto-lei nº 176/2012, de 2 de agosto, estipula que o transporte é gratuito até final do 3º ciclo do ensino básico, para os estudantes menores que se encontrem nas condições definidas no Decreto-lei nº 299/84, de 5

de setembro. Ou seja, para os alunos que frequentem o ensino secundário a comparticipação do transporte escolar é de 50%. No entanto, os alunos que frequentam o ensino básico e tenham atingido a maioridade, perdem este apoio.

O acesso ao transporte escolar é garantido aos alunos matriculados em estabelecimentos de ensino da sua área de residência, desde que a distância casa/escola seja igual ou superior a 2km, conforme estipulado em regulamento municipal.

Neste sentido, e de acordo com o previsto no art. 4º, do Decreto-lei nº 299/84, de 5 de setembro, foi elaborado o plano de transportes escolares, para o ano letivo 2016/2017, que se apresenta.

O plano prevê que sejam abrangidos pela rede de transportes escolares 2589 alunos, dos quais 2274 serão transportados em circuitos públicos e 315 em circuitos municipais.

Atendendo à dimensão do concelho e à fraca acessibilidade verificada nas zonas rurais, estima-se que o custo total da rede de transportes escolares atinja o valor de € 1.085.258,85 (um milhão, oitenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e oito euros e oitenta e cinco cêntimos).

De acordo com a alínea e) do nº 1, do art. 4º, e o art. 25º, do Decreto-lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, o Conselho Municipal de Educação, reunido a 23 de junho de 2016, pronunciou-se favoravelmente sobre o plano de transportes escolares para o ano letivo de 2016/2017.

Face ao exposto, e de acordo com a alínea gg) do nº 1, do art. 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** a aprovação do Plano anual de transportes escolares para o próximo ano letivo, documento em anexo e que faz parte integrante desta proposta.»

Sobre a proposta de Plano anual de transportes escolares – ano letivo 2016/2017 numerada DEIS 01_17-16 intervêm:

O **Sr. Vereador Adilo Costa** adianta dois pormenores, um positivo, na perspetiva da maioria CDU em exercício, e outro negativo.

Quanto ao primeiro (positivo):

. Conforme página 13 do Plano e quadro 11, a partir do próximo ano letivo o Município irá incluir os circuitos municipais dos/as alunos/as que iniciam o 2º ciclo na Escola Básica (EB) Hermenegildo Capelo, em Palmela, e que são residentes no núcleo do Bairro Alentejano. Conforme mencionado no Plano, essa medida tem como objetivo reforçar a identidade local, bem como a relação desses/as alunos/as com o concelho onde residem. Isso só foi possível após reuniões realizadas na EB Hermenegildo Capelo e, posteriormente, de uma retificação da Escola Secundária de Palmela sobre os/as alunos/as do Bairro Alentejano. Viu-se possível elaborar uma mancha horária única para efetuar o transporte desses/as alunos/as, porquanto não se tornava viável o transporte de aluno/a a aluno/a.

. A EB Hermenegildo Capelo disponibilizou-se a fazer uma mancha horária única. Após garantir essa mancha horária, foi possível ao Município abordar a temática com as/os encarregadas/os de educação para sondar a aceitação, dado que a esmagadora maioria dessas crianças estavam

a frequentar escolas na Moita. Os/As encarregados/as de educação aceitaram a proposta. Assim foi possível, pela primeira vez, criar um circuito para a EB Hermenegildo Capelo e que, também, beneficiasse os/as estudantes da Escola Secundária de Palmela. Esse acordo é importante para o reforço da identidade local, sem prejuízo dos/as alunos/as que se encontram na Moita puderem concluir o seu ciclo letivo naquele concelho, porquanto vão continuar a ser apoiados como até ao momento.

Quanto ao segundo (negativo):

. Conforme quadro 6 na página 9 e 10, existem circuitos, sobretudo no Agrupamento de Escolas José Saramago, Poceirão, que são completamente onerosos para o Município. Como exemplo:

- Agualva de Cima/Poceirão - 69,15 €
- Cajados/Poceirão - 79,15 €
- Gâmbia/Poceirão - 89,30 €
- Timóteo/Poceirão - 89,30 €
- Vale da Abrunheira - 89,30 €

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** faz referência a que, analisando as despesas de transportes escolares em circuito municipal, foram gastos, no ano passado, 426.000 euros. Para o corrente ano a despesa é de menos 123.000 euros, pese embora com mais 275 estudantes abrangidos e mais um autocarro. Pensava que essa diferença podia ser devido a utilizarem-se menos autocarros, mas não foi isso que aconteceu; pelo contrário, é por uma melhor gestão do circuito municipal. Como é que foi possível conseguir fazer-se esta “magia”.

Quanto aos transportes escolares em circuito público, a **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** regista que a diferença se cifra em menos 25.000 euros e abrange menos 13 alunos/as.

Verifica-se que no total da despesa a grande diferença é proveniente dos transportes escolares em circuito municipal, pese embora com mais alunos/as transportados/as e mais uma viatura. O ano passado o montante ascendeu a 1.244.000 euros e, este ano letivo, a 1.085.000 euros.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** menciona que toda a planificação deste serviço é realizada pela Divisão de Conservação e Logística (DCL) e articulada com a Divisão de Educação e Intervenção Social (DEIS). O ideal seria que os circuitos municipais pudessem diminuir, o que significaria que a rede pública estava consolidada.

Seria vantajoso que os/as alunos/as que são transportados/as do Bairro Alentejano em circuito municipal desse origem ao surgimento duma massa crítica que permitisse que do Bairro Alentejano até Palmela se viesse em transporte público. Os/As eleitos/as do Município de Palmela ficavam enormemente satisfeitos que isso acontecesse.

O **Sr. Presidente** explica que as diferenças que se notam têm a ver com as origens e os locais de partida que variam de ano para ano. Existe, também, um esforço de racionalização e, em alguns casos, existem menos estudantes.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ECONOMIA LOCAL

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 5 – Minuta de Acordo de Parceria entre o Município de Palmela e a CP – Comboios de Portugal no âmbito do desenvolvimento do enoturismo local.

PROPOSTA N.º DCTEL 01_17-16:

«Considerando:

1. A estratégia municipal de valorização e dinamização do turismo, defendido enquanto domínio de intervenção estruturante em matéria de desenvolvimento socioeconómico local, com forte impacto na captação de investimento, criação de emprego e capacitação do território;
2. As características geoestratégicas do Município de Palmela, consubstanciadas (i) na sua localização central em plena AML e Península de Setúbal; (ii) na proximidade a Lisboa, atualmente com excelentes indicadores de crescimento da procura turística - nomeadamente ao nível de mercados externos - cujos fluxos turísticos urge captar; (iii) no potencial do seu território, com relevantes áreas naturais e rurais e um património vínico diferenciador e reconhecido pela qualidade da sua oferta;
3. A implementação, nos últimos anos, por parte do Município, de um conjunto de ações e projetos na área do enoturismo, que têm contribuído para projetar a marca 'Palmela' e valorizar o tecido económico associado ao *cluster* do vinho, ao qual acresce a necessidade de criar novos produtos turísticos, capazes de se afirmarem pela sua inovação e criatividade;
4. A relevância da implementação de projetos que possuam, na sua génese, um forte sentido agregador e de cooperação, permitindo a consolidação de parcerias e a dinamização da capacidade de trabalho em rede;
5. O futuro projeto de criação de uma aldeia vinhateira: o 'Centro Rural Vinum Fernando Pó', que constituirá um motor para a revitalização de Fernando Pó e sua valorização social, humana, económica e ambiental, incluindo do território que lhe é envolvente.

Face ao exposto, **propõe-se** ao abrigo do n.º 2, do artigo 23.º conjugado com o disposto nas alíneas o), u) e ff) do n.º 1 do artigo 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da minuta do Acordo de Parceria entre o Município de Palmela e a CP – Comboios de

Portugal, o qual objetiva, através da utilização do comboio – promotor da utilização do transporte público e de um modo sustentável de mobilidade – a captação de visitantes/turistas com vista à realização de programas de enoturismo, com forte ligação ao mundo rural, à vitivinicultura, gastronomia e cultura locais. Mais se considera que o mesmo constituirá um instrumento impulsionador do desenvolvimento turístico e económico local.»

Sobre a proposta de Minuta de Acordo de Parceria entre o Município de Palmela e a CP – Comboios de Portugal no âmbito do desenvolvimento do enoturismo local numerada DCTEL 01_17-16 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** regista, em sua opinião, que o principal desafio não será o Acordo de Parceria, dado que já se chegou à elaboração duma minuta e, certamente, o mesmo será celebrado. Salienta que a CP - Comboios de Portugal, E.P.E. (CP) tem apostado no que designam de "Experiência à janela", possuindo 10 a 15 rotas com essas características. O principal desafio deste Acordo de Parceria é o destino, a aldeia vinhateira em si, a aderência dos/as produtores/as e a constituição de um programa que seja verdadeiramente apelativo e competitivo em relação aos que já se encontram nas rotas criadas pela CP. Avançando-se com o Acordo de Parceria muito provavelmente vai ser possível o acesso a diversos programas.

O **Sr. Presidente** refere que há queixas apresentadas por alguns/algumas munícipes relacionadas com o encerramento das bilheteiras e o facto de as máquinas de venda automática se encontrarem vandalizadas. O objetivo do Município de Palmela é para que haja pessoas a comprarem, por exemplo, os bilhetes em Lisboa para vir visitar o território do concelho de Palmela.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** adianta que os/a eleitos/a do PS vão votar favoravelmente a Minuta do Acordo de Parceria, até por considerarem que esta é a materialização de uma experiência que correu bem em relação a Fernando Pó.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** saúda a iniciativa e realça o quão esta lhe parece ser importante. Todavia, fica sem perceber qual a frequência do trajeto/circuito, pois o Acordo de Parceria é muito vago e não apresenta objetivos concretos. Está certo que, relativamente aos operadores económicos, a adesão será total, mas solicita mais informações sobre o que está a ser programado e projetado.

Relativamente à CP - Comboios de Portugal, E.P.E., o **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** gostaria de ser esclarecido se existe o compromisso de integrar o trajeto em causa na ação que se denomina de "Experiência à janela", o que ajudaria a promover o concelho.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** subscreve as palavras do que o Sr. Vereador Pedro Taleço afirmou. Afirma que o principal desafio é criar uma oferta turística diferenciadora, inovadora e de qualidade no concelho e isso é o que está a ser feito com os parceiros no terreno. Alude às reuniões que têm ocorrido entre a Câmara Municipal de Palmela, as Adegas de Fernando Pó e a

CP - Comboios de Portugal, E.P.E. (CP) e aproveita para informar que, a partir de agosto, serão divulgados 3 programas para 'experiências de vindimas' a decorrer em Fernando Pó, nos dias 10, 17 e 24 de setembro. Essa divulgação será feita pela Câmara Municipal de Palmela, CP (através dos seus canais próprios) e pelos/as promotores/as das iniciativas. Em particular, a CP vai começar a divulgar, junto dos seus clientes habituais, essas rotas e, em outubro, vai decorrer um programa de visita às vinhas fazendo-se a divulgação da história, da cultura e da gastronomia local, propiciando aos turistas que vêm de Lisboa experiências diferenciadas de conhecimento do território de Palmela.

Destaca a interação crescente que tem havido entre as Adeias de Fernando Pó e os vários parceiros turísticos, em concreto: restauração, hotelaria, empresas de animação turística e os diferentes operadores. Na verdade, é uma cooperação que ultrapassa as fronteiras do concelho de Palmela, pois estende-se à região. Por exemplo, a Adeia de Fernando Pó, no âmbito desse processo de discussão, está a construir pacotes de visita que incluem a visita aos golfinhos no rio Sado.

Relativamente aos objetivos gerais que estão plasmados na Minuta do Acordo de Parceria, explicita que são linhas de compromisso que vão sendo aprofundadas e materializadas em ações concretas a partir do diálogo que vai acontecendo com os parceiros. Acredita que os parceiros vão ser cada vez em maior número e, em conjunto, vai ser possível construir uma oferta turística diferenciada, inovadora e de qualidade.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** continua a sua intervenção e aproveita a ocasião para mencionar que a Câmara Municipal acredita muito no projeto e no diálogo que está a ser construído e, certamente, vai-se contribuir para alavancar os dados de desenvolvimento turístico do concelho. Sublinha que, no primeiro trimestre do corrente ano, Palmela teve um crescimento de dormidas de 18% - superior ao mesmo período homólogo do ano transato. Setúbal teve menos um terço dos dados, o que significa que o crescimento não é igual em todos os concelhos. O que de facto interessa são os dados positivos de crescimento e de afirmação do concelho de Palmela que ocorrem no desenvolvimento turístico e no contexto da região. Regista-se que Palmela tem liderado esse crescimento. No período de 2009 e 2012 foi o Município que mais cresceu, continua a crescer, e esses dados resultam de um método de trabalho em parceria e do acerto da estratégia deste Município.

O **Sr. Presidente** refere que o presente Acordo de Parceria é uma excelente medida e aposta. Houve um trabalho intenso por parte dos serviços desta Autarquia, juntamente com a CP - Comboios de Portugal, E.P.E. (CP) e em perfeita articulação com os agentes económicos (quer adeias, quer outros operadores turísticos). Essa metodologia de trabalho está a dar frutos e é o que se pretende prosseguir.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** pergunta se algum dos Munícipes quer intervir.

Sra. Maria Helena Martins dos Santos

Cumprimenta os presentes.

Refere que os moradores do Portal Branco, atualmente denominada Av. Padre Nabeto, enviaram uma mensagem por correio eletrónico à Câmara Municipal de Palmela e entregaram em mão um abaixo-assinado nos serviços do Ambiente desta Autarquia onde foram muito bem recebidos. O assunto prende-se com a falta de limpeza dos passeios, facto já referenciado na presente reunião por um dos Senhores Vereadores. Acontece que, por vezes, a monda química não é suficiente, em virtude das ervas e dos cardos que proliferam. Para além disso, existem terrenos que estão cheios de feno e canaviais. Por exemplo, um desses terrenos encontra-se mesmo em frente à Rua Portal Branco e não é limpo há anos. O silvado já tapa uma casa que lá se encontra. De um certo ponto só se consegue observar uma parte do telhado. Alerta que a existência das silvas é um foco de incêndio e é prejudicial em virtude da bicheza existente. Acrescenta que, apesar de não ser da sua competência, já teve o cuidado de cortar as silvas, para evitar que as mesmas chegassem à estrada.

Relata outra situação que sucedeu: um cão foi abandonado e pulou para dentro do seu quintal e acabou por espantar o seu cão. Não sabe se o animal foi atropelado ou se ao saltar o muro caiu mal, mas acabou por vir refugiar-se dentro do terreno a que já se referiu. A fim de recuperar o seu animal de estimação, teve de fazer dois túneis com uma foice de cortar mato. Lamenta que haja terrenos com mato, silvado e canaviais que nunca são limpos, o mesmo acontecendo com a avenida em si. Em anos passados era tudo raspado e limpo. Nesta altura do ano, já estava tudo limpo. Refere-se à monda química que é aplicada e que, certamente, não é eficaz.

Compreende que haja muita burocracia e que os assuntos demorem muito tempo a ser resolvidos, mas os moradores apelam ao Sr. Presidente para que diligencie no sentido de que antes do fim do verão a limpeza dos terrenos se realize e assim aconteça todos os anos. Reconhece que essa competência cabe aos/às proprietários/as dos terrenos, mas o Município pode obrigá-los/as a isso.

Outro assunto prende-se com os esgotos. Os/as moradores/as do Portal Branco começaram a residir ali muito antes dos/as moradores/as do Bairro do Padre Nabeto. A título de exemplo, destaca que já ali reside há mais de cinquenta anos. Menciona que havia muita gente que, infelizmente, já "partiu" e que afirmavam que haviam de morrer e nunca veriam os esgotos. Para esses, isso foi uma realidade. Atualmente já faz a mesma afirmação. Lamenta que em pleno século XXI continuem a aguardar a execução dos esgotos. Não está contra os/as

residentes do Bairro do Padre Nabeto, mas tem o mesmo desejo de ser servida dos esgotos. Alude a que foi feito um passeio de um lado da avenida e do outro não. Julga que talvez seja por causa dos esgotos. Recorda que a Câmara Municipal prometeu que, aquando da construção da urbanização do Sr. Gouveia os esgotos seriam ligados. Acontece que essa urbanização nunca foi feita, e nem será, e os/as moradores/as bem podem ficar sentados à espera. É uma pena porque existem esgotos a céu aberto, fossas rotas e muitos mosquitos, já para não falar do lixo que é atirado para junto dos contentores. Mas isso é outra questão.

A fim de obviar um outro assunto, refere-se a um ramal de água que passa no extremo de um desses terrenos que se encontra cheio de mato e que foi construído antes do 25 de Abril ou imediatamente a seguir e que abastecia, na altura, umas quatro casas. Atualmente esse ramal encontra-se no extremo do terreno, cujo proprietário é um trabalhador do Município. Pergunta se não seria possível haver uma conversação com o proprietário desse terreno e de um outro talhão mais à frente que liga ao Bairro do Padre Nabeto, para permitir a ligação aos esgotos. A Câmara Municipal ia beneficiar com a verba arrecadada e os esgotos seriam executados. Para além disso, não existe qualquer elevação, pois o terreno é sempre a descer. Acredita ser possível essa solução, nem que a Câmara Municipal concedesse alguns benefícios a esses/as proprietários/as.

Alude, também, a uma vala existente no lado direito – para quem sai da avenida e entra na estrada principal – que, pelo que lhe parece, corre esgoto. Desconhece a proveniência, talvez do restaurante McDonald's situado em Aires ou do posto de abastecimento de combustíveis. No inverno passado teve oportunidade de apreciar as ratazanas com os seus filhotes a afocinhar na lama. Para além disso, esse terreno tem vindo a desbarrancar e encontra-se num estado muito perigoso e alguém, por descuido, pode ainda cair. Admira-se que ninguém da Câmara Municipal tenha, até ao momento, observado a situação. Em sua opinião, urge efetuar-se a reparação ou, em alternativa, que se coloque uma proteção.

Em resposta à Sra. Maria Helena Martins dos Santos, o **Sr. Presidente** refere que relativamente aos terrenos com mato, segundo informação que o Sr. Vereador Adilo Costa recebeu em direto do Gabinete de Fiscalização Municipal, já terão sido promovidas as respetivas notificações. Em todo o caso, o Município procurará fazer aquilo que tem estado a fazer em alguns casos (porque nem sempre o Município tem essa disponibilidade) que é substituir-se aos/às proprietários/as. Para isso, é preciso que o prazo das notificações termine. Para a realização do serviço da limpeza dos terrenos, a Autarquia recorre habitualmente a empresas externas para que possa ser faturado e ficar na posse de documentação para imputar aos/às proprietários/as os custos da intervenção. A par das notificações produzidas, o Sr. Presidente compromete-se a ver o nível de gravidade com o Serviço Municipal de Proteção Civil, porque quando a situação é muito grave, o Município consegue acelerar os procedimentos.

Quanto aos esgotos, o **Sr. Presidente** menciona que essas soluções são 'aparentemente' soluções expeditas. A possibilidade de se poder criar uma servidão de passagem pode ser negociada com as pessoas. Possivelmente, no passado, o que foi visto era a interligação da rede através de uma operação de loteamento que não chegou a concretizar-se. A rede terá sido executada a pensar nessas interligações. Vai procurar-se analisar tecnicamente a solução que se pode vir a concretizar.

Quanto à vala, o **Sr. Presidente** menciona que é necessário ver o que se passa e analisar a situação. Os serviços vão verificar e se de facto existir uma situação que mereça um resguardo ou proteção serão tomadas medidas. Se houver dificuldades em identificar o local, os serviços farão um contacto com a Sra. Maria Helena dos Santos para que faça o favor de acompanhar os técnicos ao local.

Termina dizendo que o Município, a seu tempo, vai informar a Sra. Maria Helena dos Santos de todas as ações que vão ser realizadas no imediato e as que vão precisar de um estudo e, em consequência, vão levar mais tempo a serem realizadas.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezoito horas e trinta e cinco minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco